

AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SAÚDE MENTAL COMO SEGURIDADE SOCIAL DENTRO DO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

*Emanoela Thereza Marques de Mendonça Glatz*¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9645-3589>

*Solange Franci Raimundo Yaegashi*²

 <https://orcid.org/0000-0002-7666-7253>

*Roberlayne de Oliveira Borges Roballo*³

 <https://orcid.org/0000-0002-9545-611X>

*Heloisa Toshie Irie Saito*⁴

 <https://orcid.org/0000-0003-1061-5933>

Resumo: A presente pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, objetiva identificar e discutir as políticas de assistência estudantil que asseguram o suporte em saúde mental dentro das universidades federais brasileiras, utilizando os fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade para embasar a discussão. O sofrimento psíquico faz parte da rotina de muitos graduandos, que adentram na universidade em busca de melhores condições de vida e de uma ascensão profissional. Observou-se que as políticas assistenciais estudantis, como o PNAES e o PNAEST, ratificam o atendimento psicológico nas instituições federais de ensino superior brasileiras, no entanto, elas se encontram rigorosamente interligadas às políticas de governo/partidária, cuja alocação orçamentária oscila de acordo com a distribuição pecuniária designada pelo governo atuante.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Políticas públicas em educação; Ensino superior; Saúde mental.



¹Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. E-mail: manuglatz@hotmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: solangefry@gmail.com

³Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: roberlayneroballo@hotmail.com

⁴Doutora em Educação pela, Universidade Estadual de Maringá. E-mail: htisaito@uem.br.

STUDENT ASSISTANCE POLICIES AND MENTAL HEALTH AS SOCIAL SECURITY WITHIN THE UNIVERSITY ENVIRONMENT

Abstract: This research, of a bibliographic and documental nature, aims to identify and discuss student assistance policies that ensure mental health support within Brazilian federal universities, using the foundations of Critical Theory of Society to support the discussion. Psychological distress is part of the routine for many undergraduates who enter the university in search of better living conditions and professional advancement. It was observed that student assistance policies, such as PNAES and PNAEST, confirm the provision of psychological services in Brazilian federal higher education institutions; however, they are strictly linked to government/partisan policies, with budget allocations fluctuating according to the financial distribution designated by the current government.

Keywords: student assistance; public policies in education; higher education; mental health.

LAS POLÍTICAS DE ATENCIÓN AL ESTUDIANTE Y LA SALUD MENTAL COMO SEGURIDAD SOCIAL EN EL ENTORNO UNIVERSITARIO

Resumen: Esta investigación, de carácter bibliográfico y documental, tiene como objetivo identificar y discutir las políticas de asistencia estudiantil que aseguran el apoyo en salud mental dentro de las universidades federales brasileñas, utilizando los fundamentos de la Teoría Crítica de la Sociedad para sustentar la discusión. El sufrimiento psíquico forma parte de la rutina de muchos estudiantes universitarios que ingresan a la universidad en busca de mejores condiciones de vida y de un ascenso profesional. Se observó que las políticas de asistencia estudiantil, como el PNAES y el PNAEST, ratifican la atención psicológica en las instituciones federales de educación superior brasileñas; sin embargo, están estrictamente vinculadas a las políticas de gobierno/partidarias, cuya asignación presupuestaria fluctúa de acuerdo con la distribución pecuniaria designada por el gobierno en funciones.

Palabras clave: asistencia estudiantil; políticas públicas en educación; educación superior; salud mental.

Introdução

A inserção dos jovens no ensino superior (ES) é, muitas vezes, um período supervalorizado cultural e socialmente, no entanto bastante frágil para aqueles que ingressam na academia com grandes expectativas sobre o curso e a instituição, idealizando viver experiências singulares e sempre positivas. Esses jovens almejam concretizar seus maiores sonhos e anseios, idealizando experiências únicas e, talvez, utópicas, capazes de transformar uma realidade, muitas vezes, inexorável (Oliveira; Santos; Dias, 2016; Soares *et al.*, 2020).

Esse período é marcado por uma confluência de transformações que exigem dos indivíduos mudanças e adaptações acadêmicas, pessoais, institucionais, vocacionais, entre outras (Baptista; Ferraz; Inácio, 2020). Para a sociedade, o ingresso no ES representa um grande passo rumo a uma profissão, um sonho que carrega consigo expectativas, metas, pretensões e responsabilidades. Além disso, vivenciar esse momento singular impõe a adoção de novos comportamentos, atitudes, e a resignificação de prioridades, além da necessidade de resiliência para enfrentar um período complexo e multifatorial na vida do sujeito (Oliveira; Santos; Dias, 2016).

Cabe destacar que iniciar uma trajetória acadêmica no ES significa transitar para uma realidade distinta daquela vivenciada no ensino médio, portanto, é necessário maior dedicação e organização para lidar com a carga de leituras, trabalhos e provas, muitas vezes realizadas concomitantemente com o exercício de uma atividade profissional (seja um emprego fixo ou um estágio). Frequentemente, é preciso abdicar das horas de lazer e dos momentos de diversão para estudar para um teste importante ou realizar a leitura de um livro ou artigo científico. Mais desafiador ainda é afastar-se do seio familiar e das amizades para aventurar-se em uma cidade ou estado desconhecido (Oliveira; Santos; Dias, 2016).

As adversidades enfrentadas pelos estudantes universitários, seja no momento de inserção no ES ou na conclusão dele, podem estar atreladas a inúmeros fatores, como a distância do seio familiar e dos amigos mais íntimos, as exigências sociais por maior autonomia e responsabilidade (Araújo; Almeida, 2010), a busca pela independência financeira e por uma entrada bem-sucedida no mercado de trabalho (Peixoto; Cortês; Bastos, 2020; Teixeira; Gomes, 2004), as diferenças socioeconômicas e as dificuldades vivenciadas em etapas acadêmicas anteriores ao ES (Baptista; Ferraz; Inácio, 2020). Todas essas situações podem desencadear fatores estressores que prejudicam a adaptabilidade do sujeito ao meio social e acadêmico, resultando em sofrimento psíquico nessa população.

Segundo Baptista, Ferraz e Inácio (2020), é necessário cautela ao associar a adaptação acadêmica com a saúde mental, considerando que as dificuldades de adaptabilidade ao ES e às suas demandas tanto podem ser gatilhos para o início de um sofrimento psicológico, quanto podem resultar de um quadro de sofrimento psíquico prévio, já presente no indivíduo antes de sua inserção na universidade.

Assim, entende-se que o sofrimento psíquico é tanto um produto quanto um fator gerador das dificuldades de ajustamento ao ambiente universitário. Esse obstáculo na adaptabilidade torna-se crucial para o desencadeamento de hábitos e atitudes disfuncionais, como a deserção/abandono acadêmico (Casanova, 2018; Murillo Ramírez, 2016), e o consumo de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas (Neves; Dalgarrondo, 2007; Precioso, 2004).

Segundo Baader *et al.* (2014), o estudante de ES atravessa uma etapa singular e evolutiva que exige comprometimento, ressignificações, autossuficiência, e a incumbência de responsabilidades, além do desenvolvimento da identidade pessoal, da sexualidade e de suas relações afetivas. Sobretudo, é preciso responder às inúmeras expectativas dos familiares e da sociedade, que enxergam esse momento como uma das poucas oportunidades de ascender a um “futuro promissor”. Todo esse período pode vir acompanhado de dificuldades econômicas e incertezas sobre o futuro, além de um deslocamento e uma constante sensação de não pertencimento àquela instituição e aos grupos sociais ali inseridos. Desse modo, o estudante universitário precisa desenvolver um conjunto de recursos cognitivos e socioemocionais que possibilitem o manejo das novas demandas provenientes da experiência, da inserção e da atuação em um novo ambiente social (Padovani *et al.*, 2014).

Em razão das peculiaridades inerentes ao ingresso no ES, alguns estudos apontam que há uma maior taxa de sofrimento psicológico e transtornos mentais não psicóticos entre os indivíduos que frequentam a universidade, quando comparados aos jovens da mesma idade que não frequentam a academia (Ariño; Bardagi, 2018; Baader *et al.*, 2014; Neves; Dalgarrondo, 2007).

Outro dado significativo para a compreensão do sofrimento psíquico no ES diz respeito às crenças e convicções que os estudantes formam sobre sua própria capacidade de realizar atividades, de inserir-se em um novo contexto social, e de permanecer e/ou atuar dentro do ambiente acadêmico. De acordo com Adorno (2015), a estrutura socioeconômica influencia o comportamento dos indivíduos, uma vez que foi projetada para tal finalidade. Assim, observa-se que o comportamento é direcionado e adaptado pelo medo da rejeição e

da coerção sociopolítica. No caso do ES, os jovens, com receio de não conseguir realizar as atividades propostas na academia, guardam e nutrem sentimentos negativos, frustrações e sentem-se desamparados. Muitas vezes, por falta de recursos financeiros, não buscam ajuda especializada e, infelizmente, acabam adoecendo.

Para Horkheimer e Adorno (1985), em uma sociedade hierárquica, o medo desempenha um papel essencial e inevitável, pois é por meio dele que os indivíduos permanecem engajados, ativos e colaborativos na sustentação do sistema de capital. O temor da exclusão e do sentimento de não pertencimento leva à adaptação às condições sociais existentes, restringindo o pensamento crítico a uma mera conformidade. Marcuse (2015) esclarece que somente a razão é capaz de fornecer autonomia e emancipação aos sujeitos. No entanto, em uma sociedade cada vez mais individualizada e mecanizada, em vez de promover a emancipação, a razão é utilizada para racionalizar e alienar o indivíduo, ajustando-o ao convívio coercitivo em massa.

O uso e o abuso de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas, por universitários ocorrem como uma forma de atenuar o estresse vivenciado no ambiente acadêmico, tornando-se uma estratégia de fuga ou esquiva. Isso evidencia que os comportamentos disfuncionais apresentados por esses estudantes têm como objetivo principal evitar ou escapar dos problemas, em vez de enfrentá-los diretamente (Graner; Cerqueira, 2019).

Diante desse cenário, é importante considerar o papel da Instituição de Ensino Superior para além da mera formação acadêmica, especialização para o mercado de trabalho e/ou formação de expertise. A universidade se insere em um período único na vida dos indivíduos, repleto de transições que, por meio da educação, subsidiam a construção de uma identidade sólida e cidadã. No entanto, estudos mostram que a academia não se preocupa em compreender e atender às expectativas de seus estudantes (Oliveira; Santos; Dias, 2016). Essas expectativas, muitas vezes utópicas e supervalorizadas, quando não atendidas, geram desmotivação e prejudicam o desenvolvimento psicossocial do sujeito, comprometendo sua formação acadêmica e afetando sua adaptabilidade e aprendizagem em sala de aula (Oliveira; Santos; Dias, 2016).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo identificar e discutir as políticas de assistência estudantil que asseguram o suporte em saúde mental dentro das universidades federais brasileiras. A pesquisa justifica-se pela urgente necessidade de ampliar o debate sobre a saúde mental dos discentes do ES, especialmente no atual contexto pós-pandêmico,

que alterou substancialmente a configuração social, acadêmica e o convívio entre pares (Glatz, 2022).

No que se refere à problemática a ser investigada, levanta-se a seguinte questão: quais são as políticas de assistência estudantil brasileiras que asseguram o suporte em saúde mental dentro das universidades? Com o propósito de buscar respostas para essa questão e contribuir para a sistematização de novos estudos que associem a saúde mental dos universitários às políticas públicas estudantis, realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental.

Pesquisas com delineamento bibliográfico fundamentam-se na análise e discussão de dados organizados e divulgados em materiais como livros, teses, dissertações, anais de eventos científicos, materiais de divulgação online, entre outros. Já as pesquisas documentais baseiam-se em leis, atos jurídicos normativos, relatos de pesquisa, relatórios e boletins de imprensa, compilações estatísticas e todo material que possa fornecer informações político-normativas sobre a temática pesquisada (Gil, 2019; Severino, 2017).

Além disso, destaca-se que esta pesquisa se ancorou nos pressupostos da Teoria Crítica da Sociedade (TC). Desenvolvida no Instituto de Pesquisa Social (Frankfurt, Alemanha), a TC se fundamenta na corrente de pensamento marxista e em seu método de trabalho, buscando conceber uma teoria que permita compreender o presente, ponderando seu potencial de transformação. Por isso, é chamada de crítica, pois procura “[...] dizer o que é, em vista do que ainda não é, mas pode ser” (Nobre, 2011, p. 10).

O artigo está subdividido, além desta introdução, em três seções. A primeira apresenta uma breve conceituação sobre o que é normal e o que é patológico. A segunda seção consiste em um diálogo sobre a saúde mental como seguridade social no ambiente universitário e as políticas de assistência estudantil brasileiras. Por fim, a terceira seção traz as considerações finais das reflexões realizadas durante o estudo.

Quando o sofrimento não é “normal”

Para iniciar essa discussão, é necessário ter em mente que o significado de saúde mental está entrelaçado a dois conceitos biomédicos distintos: o normal e o patológico. No entanto, é importante ressaltar que o normal e o patológico se distinguem de alguma forma, e vários autores discutem o que, de fato, delimita cada uma dessas condições.

Canguilhem (2014) fez contribuições filosóficas notáveis ao criticar o modelo fisiológico que a medicina utiliza para definir saúde e doença. Segundo ele,

[...] estar doente significa ser nocivo, ou indesejável, ou socialmente desvalorizado etc. Inversamente, o que é desejado na saúde é evidente do ponto de vista fisiológico, e isso dá ao conceito de doença física um sentido relativamente estável (Canguilhem, 2014, p. 77).

Para o autor, o conceito de anormalidade implica um juízo de valor, sendo um termo normativo e depreciativo. Em certa medida, a ciência médica instaurou uma visão de que, para ser considerado “normal”, o indivíduo precisa obedecer a regras e parâmetros predefinidos. Se esses parâmetros forem cumpridos rigorosamente — e dentro de todas as normatizações sociais —, o indivíduo será dotado de uma “insígnia de normalidade” e saúde, o que lhe assegurará um passaporte para uma convivência social plena e obediente; um privilégio reservado para poucos (Canguilhem, 2014).

Já para Barlow, Durand e Hofmann (2015), o conceito de anormalidade pode justificar aquilo que não ocorre com muita frequência, algo atípico que, por vezes, se desvia da média. No entanto, eles ressaltam que essa terminologia pode se confundir, ocasional e propositalmente, com o que eles denominam “excentricidade”, visto que a produtividade dita os padrões de comportamento aceitáveis, ao passo que “[...] quanto mais produtivo você é, aos olhos da sociedade, mais excentricidades a sociedade tolerará” (Barlow; Durand; Hofmann, 2015, p. 4). Assim, no modelo de sociedade capitalista, o comportamento anormal (aquele denominado atípico e enquadrado como normativo) pode ser visto como uma “peculiaridade” do indivíduo, isentando-o do caráter segregativo e depreciativo que o conceito de anormalidade geralmente implica. No entanto, é claro que esse cidadão precisa ser lucrativo e conivente - uma engrenagem singular do sistema capitalista - que detém o poder supremo de ferir a lógica da equidade.

Além disso, a anormalidade não é uma ausência de normas, mas sim uma violação delas. Essa definição esclarece perfeitamente o motivo da existência de uma diferença cultural significativa nos mais variados transtornos psicológicos, considerando que, se entendermos a anomalia como uma violação das normas socialmente estabelecidas, e levarmos em conta que cada cultura possui traços idiossincráticos, normatizando comportamentos e ações específicas, concluímos que há disparidades. A transgressão pode, portanto, se tornar trivial dependendo da ótica cultural em que é observada (Barlow; Durand; Hofmann, 2015).

Dunker (2015) ressalta que não se deve isolar o sofrimento psíquico individual dos movimentos sociais que o originaram, considerando que a realidade social e suas

contradições despertam nos indivíduos sentimentos ambíguos que produzem reações distintas, dependendo da subjetividade e do aporte psíquico com que essa realidade é enfrentada.

Diante do exposto, pondera-se que, ao se discutir saúde mental em qualquer ambiente social, percebe-se que o termo, por si só, já nos remete ao adoecimento psíquico e às desordens da psique. O termo saúde mental já carrega consigo — como visto anteriormente — a noção de transtorno, de deficiência, de doença. Amarante (2007) criticou fortemente o uso das expressões “desordem” ou “transtorno mental” para se referir às dificuldades de “ajustamento” social do indivíduo e ao sofrimento que delas advém. No Brasil, a legislação utiliza a terminologia “portador de transtorno mental” para se referir às pessoas que enfrentam desafios psíquicos. Essa escolha de palavras sugere que o indivíduo carrega um peso significativo relacionado à sua personalidade e à sua maneira de encarar a vida, fazendo-o sentir-se perturbado, diferente, um “anormal” (Amarante, 2007).

Em inglês, o termo “disorder” é utilizado para descrever o sofrimento decorrente de causas psíquicas. Esse termo sugere, de forma implícita, a existência de uma estrutura mental ordenada, na qual qualquer ruptura configura uma anomalia. Essa perspectiva impõe um padrão de normalidade ilusório que marginaliza aqueles que não se encaixam nessa norma, rotulando-os como “desordeiros”.

Nesse contexto, Amarante (2007) defende o uso do termo “sujeito em sofrimento psíquico”. Essa escolha é justificada ao considerar que falar sobre sofrimento nos leva a pensar em um sujeito que está passando por uma experiência subjetiva que o faz sofrer. Essa abordagem valoriza o indivíduo e a totalidade de sua experiência, afastando-o da condição de mero portador de uma doença e reconhecendo a importância de sua atuação subjetiva em modificar aquilo que lhe causou, ou ainda lhe causa, sofrimento.

A saúde mental como seguridade social dentro do ambiente universitário: o caso da política de assistência estudantil

O cenário brasileiro ao longo de quase todo o século XX foi estarrecedor. Além de enfrentar uma grave crise econômica, o país vivia a transição de seu sistema político, que em 1985 marcou o fim do período ditatorial militar que durou pouco mais de duas décadas. Nesse contexto, o sistema capitalista buscava alternativas para se manter vigoroso e produtivo, encontrando no campo educacional uma vez mais a oportunidade de gerir e

massificar uma ideologia que contribuisse diretamente para a inserção e manutenção dos ideais de uma classe politicamente dominante (Adorno, 1995, 1996).

A educação alcançou um papel de destaque ao ser utilizada como a principal ferramenta para a transferência dos valores e normas impostos pelo topo da pirâmide social mercadológica. Em vez de integrar e consolidar as relações sociais, a educação se tornou uma poderosa determinante dessas relações (Adorno, 1995, 1996; Veiga, 2017).

Devido ao seu processo clientelista, ditado pela lógica bancária e subsidiado pela lei da oferta e demanda, os indivíduos - anteriormente considerados estudantes - fundem-se nessa dialética e se transformam em exigentes consumidores do processo educativo, ingressando no universo educacional para obter uma formação que Adorno (1996) caracteriza como pseudoformação⁵.

Nessa perspectiva, Crahay (2013, p. 10), alega que a educação “[...] representa um investimento a prazo que a sociedade faz na expectativa de obter dividendos substanciais em termos de competências e, até mesmo, de capacidades específicas”. Segundo Adorno (1996), essas competências e habilidades formam o alicerce da pseudoformação, pois os indivíduos são direcionados a ignorar as condições humanas para atender às exigências - cada vez mais tirânicas - do mercado produtivo.

Diante desse novo panorama social, em que a educação passa a ser vista como um produto enganoso e meritocrático, um “quase-mercado” (Adorno, 1996; Araújo; Bezerra, 2007), surge, na década de 1980, um movimento de reforma no campo da política educacional, resultando em uma ampla reconfiguração, incluindo a educação superior brasileira.

Nesse período, emerge um grande movimento de inquietação social, pois, mais do que nunca, não há garantias nem previsibilidade sobre como será a integridade dos indivíduos “pseudo-formados” pelo novo paradigma de ensino emergente (Araújo; Bezerra, 2007). O fato é que o processo formativo educacional está às cegas, baseado em incertezas, ceticismos e dubiedades, diante de uma forma atual de organização social que ainda enfrenta inúmeros impasses. A partir de agora, o Estado deverá não apenas oferecer um maior número de vagas nas universidades federais de todo o país, mas também garantir a igualdade de acesso e permanência dos estudantes no ambiente acadêmico.

¹ Denomina-se por pseudoformação, a formação que se apresenta como inteira, porém é falsa no sentido da formação humana. Perde-se, assim, o sentido do desenvolvimento humano a favor da vida, cultivando-se uma formação falsa que apenas atende as demandas proveniente do meio social mercadológico (Adorno, 1996).

Frente a essa nova configuração de acesso e permanência na academia, surgem, no final da década de 1980, duas importantes entidades políticas dedicadas à defesa e promoção dos direitos da classe universitária. Em 1987, é criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis (FONAPRACE) e, em 1989, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Segundo Ramos (2012), ambas as frentes políticas defendiam direitos sociais e buscavam integrar e correlacionar instituições de ensino superior regionais e nacionais, com o objetivo de efetivar e garantir esses direitos. Lutavam pela oferta de condições dignas para a permanência e conclusão da graduação, a fim de reduzir o número alarmante de retenções e evasões, frequentemente causadas por dificuldades socioeconômicas enfrentadas por muitos discentes, que contavam com uma renda mínima suficiente apenas para sua subsistência.

Conforme Adorno (2015), as pautas das frentes políticas são influenciadas pelo contexto social. Ele argumenta que, na sociedade da troca, as instituições sociais exercem poder sobre os indivíduos, debilitando e coagindo suas forças de resistência. A falta de condições básicas de sobrevivência reflete o fracasso do discurso originário da sociedade burguesa, que prometia que o avanço científico promoveria condições dignas para todos. Em vez disso, muitas pessoas vivem em escassez de alimentos, moradia, saúde e direitos sociais básicos (Horkheimer; Adorno, 1985).

Adorno (1996) introduz o termo “semicultura” para descrever o conceito de reprodução da vida dentro da esfera da cultura de massas, também conhecida como indústria cultural. Ele vê a sociedade como um fenômeno dinâmico em constante transformação, moldada pelas relações estabelecidas pela humanidade na produção e reprodução de sua existência. Para Adorno, a cultura surge da forma como interpretamos essas relações, permitindo uma análise e reflexão sobre a sociedade ao longo de seu movimento histórico, considerando o que ela foi, o que é e o que pode vir a ser.

A crítica à semicultura, suscitada por Adorno (1996), aponta que ela leva a uma compreensão mediana dos fenômenos e da vida social como um todo. O que é apenas parcialmente entendido, experimentado e, por assim dizer, semiexperenciado não se torna a base de uma verdadeira formação; pelo contrário, torna-se o principal antagonista desse processo. Nessa perspectiva, o processo formativo do sujeito é também considerado falso, uma vez que a educação se alinha com a pseudocultura, endossando um processo social meramente adaptativo que vê os indivíduos como clientes triviais, empregados e, atualmente, colaboradores (Adorno, 1996).

Com um salto qualitativo nas políticas públicas educacionais direcionadas especificamente ao ES, destaca-se que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em 24 de abril de 2007, o Decreto nº 6.096, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Este programa tinha como objetivo criar condições para a ampliação do acesso à educação superior de graduação, melhorando o aproveitamento da estrutura física e dos recursos das universidades. Entre as principais metas do programa destacam-se: aumento do número de vagas nos cursos de graduação; ampliação da oferta de cursos noturnos; promoção de inovações pedagógicas; combate à evasão; e promoção da mobilidade estudantil. O REUNI é uma das principais ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado também em 24 de abril de 2007 pelo Ministro da Educação Fernando Haddad e sancionado pelo então Presidente da República (Brasil, 2007).

O programa exigiu das instituições de ensino superior conveniadas a elaboração de novos cursos de graduação, o aumento progressivo no número de vagas em todos os cursos, a ampliação e reforma de suas instalações físicas e campi, bem como a diplomação de 90% dos estudantes matriculados, e estabeleceu o parâmetro de 18 discentes para cada docente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (Brasil, 2007). No que diz respeito ao fomento da assistência estudantil dentro das universidades participantes, o programa REUNI estabelece, em seu artigo 2º, item V, que buscará a “[...] ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil” (Brasil, 2007, p. 7).

O Brasil vinha investindo e prosperando muito no âmbito educacional e nas políticas sociais de inclusão e garantia de direitos, submetendo as instituições de ensino superior do país a um processo de reflexão e revisão de práticas, e instaurando uma nova visão de universidade pública. Assim, coube às IFES, a partir de 2007,

[...] assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador (FONAPRACE, 2007, p. 5).

Diante desse novo cenário nacional, com a crescente ascensão das IFES nas políticas públicas de fomento à equidade e à assistência social, alinhadas com as exigências do programa REUNI, que proporcionou recursos financeiros para esse avanço, o FONAPRACE, com sua representatividade como órgão assessor da ANDIFES (Costa,

2016), elaborou uma proposta para defender e consolidar a assistência estudantil como uma política pública fundamental (Araújo; Bezerra, 2007).

A proposta foi discutida e aprimorada coletivamente por algum tempo, resultando, em julho de 2010, em uma das maiores conquistas no âmbito da assistência social no ambiente universitário: o Decreto nº 7.234/2010 do governo Federal, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja principal finalidade do PNAES é ampliar e garantir condições sociais básicas para a permanência dos jovens na educação superior pública (Brasil, 2010a).

Sobre os objetivos do PNAES, estabelecidos em seu Art. 2º, estão:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010a, p. 5).

O decreto ressalta, em seu Art. 3º, que o PNAES se estabelece como uma ferramenta de apoio para os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais das IFES, devendo articular-se com o tripé fundamental: ensino, pesquisa e extensão. A assistência financeira oferecida pelo programa deve promover ações e melhorias nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiências, altas habilidades, superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (Brasil, 2010a). Para assegurar o financiamento federal do programa, é garantido que todo recurso adicional da matriz orçamentária anual do MEC deve ser destinado às IFES e utilizado exclusivamente na assistência estudantil (FONAPRACE, 2007).

Um dos objetivos específicos do PNAES, conforme elencado pelo FONAPRACE (2007), é a necessidade de uma reestruturação organizacional em nível de “Pró-Reitoria”, que seria responsável por gerar e gerir os projetos e programas de assistência estudantil em cada IFES, respeitando seu caráter isonômico e autônomo e assumindo a responsabilidade de fornecer e assegurar os direitos do corpo discente.

De maneira objetiva, o PNAES se subdivide em áreas estratégicas, com cada área correspondendo a linhas temáticas específicas, como ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Áreas estratégicas do PNAES

ÁREAS	LINHAS TEMÁTICAS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia; - Alimentação; - Saúde (física e mental); - Transporte; - Creche; -Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Ensino; - Pesquisa; - Extensão.
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas; - Estágios remunerados; - Ensino de línguas; - Inclusão digital; -Fomento à participação político-acadêmica; - Acompanhamento psicopedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão; -Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais.
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> -Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais; -Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão; -Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais.
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho; - Prevenção a fatores de risco; - Meio ambiente; - Política, Ética e Cidadania; -Saúde, Sexualidade e Dependência Química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis; -Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Ao realizar uma breve análise do Quadro 1, observa-se que na área destinada à Permanência, as Linhas Temáticas incluem: moradia, alimentação, transporte, entre outras. No entanto, a que se destaca para a discussão deste artigo é a “Saúde (física e mental)” (FONAPRACE, 2007, p. 16). Curiosamente, é importante esclarecer que o Decreto nº 7.234/2010, publicado no Diário Oficial da União, em seu Artigo 3º, § 1º, inciso IV, menciona apenas a “atenção à saúde” (Brasil, 2007, p. 5), sem especificar que a saúde mental está incluída nesse inciso.

Contudo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) sempre incorporou a temática da saúde mental em sua definição geral de saúde⁶ (Who, 2002). Destarte, somente com um conhecimento prévio sobre essa referência, tornar-se-ia evidente que a saúde mental

⁶ Para a OMS, a saúde mental é concebida, primordialmente, como não apenas a falta de doença ou enfermidade, mas sim como um estado de total bem-estar físico, mental e social (Who, 2002).

incluía-se em uma das áreas estratégicas contempladas pelo PNAES. Todavia, no documento redigido pelo FONAPRACE (2007) já consta esta distinção, que acaba por conceder à saúde mental o espaço que lhe é de direito.

A fim de assegurar a efetivação do PNAES, elaborou-se nas IFES um “Fundo para Assistência Estudantil” que contingenciou o valor correspondente a 10% do orçamento anual de OCC (Outros Custeios e Capitais) das instituições, sendo que no segundo semestre do ano de 2007, o valor disponível aproximou-se de 5% do orçamento supracitado (FONAPRACE, 2007). Esses novos recursos gerados foram agregados aos valores atuais recebidos pelas IFES.

Ademais, é pertinente desvelar que após a publicação do decreto que autorizou o PNAES, homologado no dia 19 de julho de 2010, instaurou-se uma moção nas universidades estaduais de todo o país (não inclusas no programa por obterem via estados suas verbas mantenedoras), que pleiteavam as mesmas prerrogativas aos seus estudantes, diminuindo a tensão e a distinção entre as instituições da União e dos estados.

À vista disso, o Ministerio da Educação e Cultura (MEC), através da Portaria Normativa de nº 25, publicada no dia 28 de dezembro de 2010, institucionaliza o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais, o PNAEST (Brasil, 2010b).

Os objetivos e ações do PNAEST se assemelham aos do PNAES e garantem aporte assistencial à saúde (e à saúde mental) dos estudantes, entretanto, as universidades estaduais estão proibidas de utilizar os recursos do programa para a concessão de bolsas e auxílios financeiros diretamente aos discentes (Brasil, 2010b), diferentemente do PNAES, que autoriza essa convenção às IFES.

Outra especificidade do PNAEST⁷ se deriva dos requisitos a serem cumpridos pelas universidades estaduais para a possibilidade de alocação dos recursos distribuídos de acordo com o Art. 5º:

- I - Instituições que ofertem, por meio do SiSU⁸, até 200 (duzentas) vagas: até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- II - Instituições que ofertem, por meio do SiSU, entre 201 (duzentas e uma) e 1.000 (mil) vagas: até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta [sic] mil reais);

⁷ Os fundos subsidiados ao fomento do PNAEST são alocados anualmente pelo MEC e dependem da legislação orçamentária e financeira do país a cada ano (Brasil, 2010b).

⁸ Sistema de Seleção Unificada para ingresso no Ensino Superior público brasileiro.

III - Instituições que ofertem, por meio do SiSU, acima de 1.000 (mil) vagas: até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (Brasil, 2010b, p. 37).

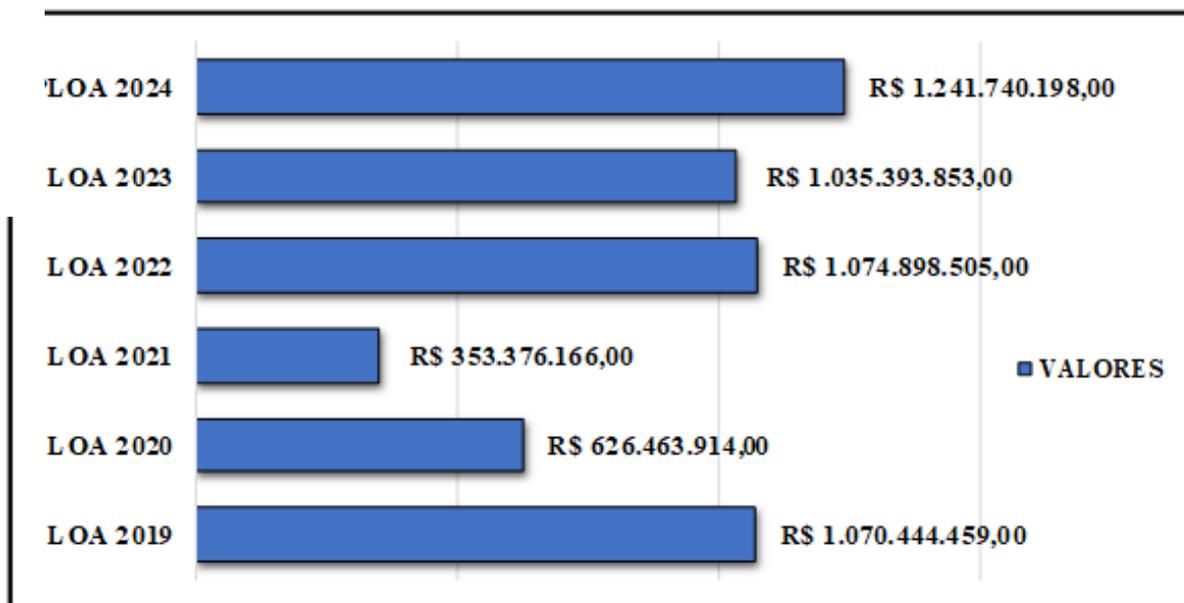
Finalmente, a partir do ano de 2010, o PNAES consolidou-se dentro das universidades públicas e dos institutos tecnológicos do país. Com o passar dos anos, e de acordo com as mudanças de governo, o investimento na assistência ao estudante de ensino superior, ação número 4002⁹ dos programas 2080 e/ou 5013¹⁰, tornou-se mutável, porém, com discreta flutuação de um ano para o outro. No entanto, nos anos de 2020 e de 2021, sob o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro e da eclosão da pandemia por Sars-Cov-2¹¹ no Brasil, o valor repassado para o programa de assistência estudantil fora substancialmente reduzido.

O Gráfico 1 demonstra o investimento pecuniário do Estado efetivado através Lei Orçamentária Anual (LOA) para a ação de Assistência ao Estudante de Ensino Superior direcionada a todas as Universidades e Institutos Federais do Brasil, entre os anos de 2019 e 2023, bem como o Planejamento da Lei Orçamentária Anual (PLOA), para o ano de 2024.

⁹ Ação integrada no Planejamento Orçamentário Anual (PLOA) ou na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União, que discursa sobre a “Assistência ao Estudante de Ensino Superior”.

¹⁰ Até o ano de 2019 o programa que consubstanciava a ação 4002 do MEC era intitulado “2080- Educação de qualidade para todos”, no entanto, partir do ano de 2020 o programa mudou de nomenclatura, passando a denominar-se: “5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão” (Brasil, 2018). Não obstante, no ano de 2024 o programa é novamente reformulado sendo assim denominado “5113 – Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade”.

¹¹ Popularmente denominado coronavírus.

Gráfico 1 – Investimento na assistência ao estudante de ensino superior nas universidades e Institutos Federais do Brasil

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Com base nos dados apresentados no Gráfico 1, observa-se que o investimento na área de assistência ao estudante de ES no país, em 2020, apresentou uma redução de 39,5% em comparação com o valor alocado em 2019. Em 2021, com o início da pandemia, houve um declínio de R\$ 273.087.748,00 (-56,41%) no investimento destinado à assistência estudantil de nível superior, em comparação com o ano anterior (2020). Essa queda pode ser explicada pela crise sanitária provocada pela Covid-19, que levou à implementação de medidas de isolamento social para conter o vírus, resultando em instabilidade econômica e social em vários países.

Lamentavelmente, com o agravamento da crise financeira, exacerbada pelo colapso sanitário causado pela pandemia, ocorreu uma significativa retração no investimento público destinado à assistência estudantil no ensino superior, refletida em um corte substancial no orçamento entre os anos de 2020 e 2021.

Observa-se também que o investimento na assistência estudantil em 2022 apresentou uma expansão significativa, sendo o maior dos últimos quatro anos. Vale ressaltar que esse foi um ano eleitoral no Brasil, o que pode ter influenciado a curva ascendente da verba destinada às universidades.

Com os cortes de verbas nos anos de 2020 e 2021, a assistência estudantil foi prejudicada, e as IFES enfrentaram problemas como evasão, sofrimento e adoecimento de seus estudantes. O trabalho remoto e o contingenciamento financeiro da União levaram as

IFES a realizarem editais emergenciais para fornecer auxílio financeiro, alimentar e tecnológico aos estudantes mais necessitados (Lima, 2021; Rocha *et al.*, 2021; Santos; Abrantes; Zonta, 2021). No entanto, sem condições financeiras para atender a todos, as universidades ficaram limitadas, e o contexto da pandemia agravou as vulnerabilidades econômicas e sociais dos estudantes, potencializando a exclusão e favorecendo a evasão e o abandono de curso (Santos; Abrantes; Zonta, 2021).

É importante compreender que, apesar da constante queda nos investimentos públicos destinados a essa área, um novo perfil de sociedade começa a emergir, com indivíduos cada vez mais ativos na defesa de seus direitos e no exercício de sua cidadania, buscando políticas sociais que garantam uma vida mais digna (Dias; Lara; Butierrez, 2012).

Assim, é necessário reconhecer que esse novo corpo social está profundamente interligado às políticas governamentais e partidárias, que influenciam ativamente a criação, condução e manutenção de políticas públicas no país. Portanto, apesar de os programas nacionais de assistência aos estudantes universitários, como o PNAES e o PNAEST, continuarem ativos nas IFES e assegurarem direitos básicos, o nível de investimento da União varia consideravelmente de um ano para outro.

Convém ressaltar que as IFES brasileiras enfrentam uma dura realidade marcada por sucessivos cortes orçamentários, que comprometem sua capacidade de oferecer uma educação pública e de qualidade. Esses cortes não são eventos isolados, mas partem de uma política econômica de austeridade que prioriza o ajuste fiscal e a redução do gasto público, em detrimento do investimento em áreas sociais fundamentais, como a educação. Essa lógica é reflexo do avanço do neoliberalismo no Estado, que redefine o papel do governo, diminuindo sua responsabilidade com o bem-estar coletivo (Lusa *et al.*, 2019).

No contexto neoliberal, há uma tendência de individualizar a responsabilidade por problemas sociais. A saúde, por exemplo, é vista como uma questão exclusivamente individual, e o adoecimento, uma consequência das escolhas pessoais, desconsiderando as condições socioeconômicas e ambientais que afetam a saúde da população. Da mesma forma, o sucesso acadêmico e profissional é tratado como resultado do mérito individual, ignorando as desigualdades estruturais que dificultam o acesso e a permanência dos/as estudantes nas universidades públicas (Glatz; Yaegashi; Leão, 2023).

Esse cenário é agravado pelo desmonte das políticas de permanência universitária, que são essenciais para garantir que estudantes em situação de vulnerabilidade possam

continuar seus estudos. Sem o suporte necessário, muitos estudantes são forçados a abandonar a universidade, perpetuando o ciclo de exclusão social. As IFES, que deveriam ser espaços de inclusão e promoção da igualdade, acabam reproduzindo as desigualdades sociais, sendo alvo de ataques que buscam deslegitimar sua importância e papel na formação de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social (Chaves; Araujo, 2022).

Considerações finais

O presente estudo surgiu da necessidade de compreender o fenômeno da saúde mental no ambiente de ES, reconhecendo a fragilidade e a complexidade dessa temática. Conforme idealizado, a pesquisa buscou objetiva identificar e discutir as políticas de assistência estudantil que asseguram o suporte em saúde mental dentro das universidades federais brasileiras. Os dados levantados revelaram um limite culturalmente definido que diferencia e rotula o que é considerado normal do patológico.

Observou-se que o *continuum* da trajetória acadêmica é marcado por múltiplos fatores que podem determinar o sucesso e/ou a evasão no ES. Fatores estressores, como a distância da família, a falta de receptividade da instituição, a sensação de não pertencimento ao grupo social da universidade e a falta de recursos financeiros, emocionais e psicológicos, agravam-se em um ambiente novo e introduzem problemáticas que vão além das atribuições meramente pedagógica da instituição.

No ES revelam-se complexas realidades sociais, culturais e de gênero, pois, como seres biopsicossociais, estamos em constante processo de mudança e ressignificação de experiências e realidades. Defendemos que o papel da universidade é primordial para fortalecer vínculos e fornecer aos indivíduos ferramentas que possibilitem mudanças significativas em suas próprias vidas. No entanto, é importante reconhecer que a universidade é uma instituição educacional que acolhe problemáticas oriundas do meio social, como violação de direitos, desigualdades e preconceitos, que, indiretamente, refletem no ambiente estudantil da instituição.

Constatou-se também que a saúde mental no ES é amparada por políticas públicas assistenciais que garantem, minimamente, subsídios financeiros necessários para auxiliar a permanência dos estudantes na instituição.

Com base nos referenciais teóricos utilizados, verificou-se que, conforme argumenta a Teoria Crítica, a indústria cultural gerou uma pseudocultura que se desvia de uma organização social que busca humanizar, emancipar e dialogar com os sujeitos sociais.

Ao contrário, a falsa cultura busca alienar, conformar e ajustar os indivíduos para viverem sob uma lógica produtiva e ideológica, que sustenta o capitalismo e elimina atividades de pensamento e reflexão.

Cabe às instituições de ensino superior promoverem ações assertivas que caracterizem o perfil de seus alunos, viabilizando intervenções institucionais que abordem aspectos psicoeducativos, orientando, articulando e prevenindo problemas na área da saúde mental. É fundamental criar um ambiente de acolhimento e confiança que permita uma formação de qualidade, intimamente associada a uma boa qualidade de vida.

Além disso, é necessário que as instituições estudem, aperfeiçoem, debatam e implementem programas que integrem a temática da saúde mental nesse espaço acadêmico, envolvendo todos os sujeitos presentes - discentes, docentes, técnicos e a comunidade em geral.

Ressalta-se que, apesar das limitações deste estudo - que se restringiu a uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a assistência estudantil e a segurança da saúde mental no ensino superior -, ele oferece contribuições para uma compreensão mais ampla sobre o papel das políticas públicas nas instituições de ensino superior brasileiras.

Almeja-se que esta pesquisa forneça bases para novos estudos que objetivem reconhecer, na prática, as políticas de assistência estudantil e os serviços de apoio psicológico mantidos por recursos provenientes do PNAES e gerenciados pelas IFES do país.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015.
- ADORNO, Theodor W. Teoria da semicultura. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 56, n. 17, p. 388-411, 1996. Disponível em: https://primeiraversao.unir.br/atigos_pdf/191_.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.
- AMARANTE, Paulo. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- ARAÚJO, Beatriz; ALMEIDA, Leandro S. Interferência dos factores psicossociais e curriculares no rendimento académico: um estudo com estudantes de enfermagem. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “CONTRIBUTOS DA PSICOLOGIA EM CONTEXTOS EDUCATIVOS”, 1., 2010, Braga. *Anais [...]*. Braga: Universidade do

Minho, 2010. p. 1207-1217. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/3605>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ARAÚJO, Fabrícia Silva de; BEZERRA, Juliane Cristina Bispo. Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI*, 3., 2007, Maranhão. *Anais [...]*. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2007. p. 1-7. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ARIÑO, Daniela Ornellas; BARDAGI, Marúcia Patta. Relação entre fatores acadêmicos e a saúde mental de estudantes universitários. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 12, n. 3, p. 44-52, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300544>.

BAADER, Tomas M.; ROJAS, Carmen C.; MOLINA, José Luis F.; GOTELLI, Marcelo V.; ALAMO, Catalina P.; FIERRO, Carlos F.; VENEZIAN, Silvia B.; DITTUS, Paula B. Diagnóstico de la prevalencia de trastornos de la salud mental en estudiantes universitarios y los factores de riesgo emocionales asociados. *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatria*, Santiago, v. 52, n. 3, p. 167-176, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-92272014000300004>.

BAPTISTA, Makilim Nunes; FERRAZ, Adriana Satico; INÁCIO, Amanda Lays Monteiro. Adaptação acadêmica e saúde mental no ensino superior. *In: SOARES, Adriana Benevides; MOURÃO, Luciana; MONTEIRO, Marcia Cristina (org.). O estudante universitário brasileiro: saúde mental, escolha profissional, adaptação à universidade e desenvolvimento de carreira*. Curitiba: Appris, 2020. p. 21-36.

BARLOW, David H.; DURAND, Mark; HOFMANN, Stefan C. *Psicopatologia: uma abordagem integrada*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

BRASIL. Ministério da Economia. Lei orçamentária anual para 2018, n. 13.587. Orçamentos da união para o exercício financeiro do ano de 2018. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 155, n. 2, 3 jan. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/01/2018&jornal=515&pagina=01&totalArquivos=192>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais – REUNI. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/544223/pg-7-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-25-04-2007?ref=next_button. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Programa nacional de assistência estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 20 jul. 2010a. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/6652601/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-20-07-2010?ref=previous_button. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa nacional de assistência estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais – PNAEST*. Brasília, DF: MEC, 2010b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/12/2010&jornal=1&pagina=37&totalArquivos=136>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CASANOVA, Joana R. Abandono no ensino superior: modelos teóricos, evidências empíricas e medidas de intervenção. *Educação*, Rio Claro, v. 28, n. 57, p. 5-22, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol28.n57.p05-22>.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAUJO, Rhoberta Santana de. A ofensiva neoconservadora contra as universidades federais no Brasil. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 8, p. 1-17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v8i00.8669158>.

COSTA, Márcia Cristina. Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 351-366, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2214/3958>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CRAHAY, Marcel. Como a escola pode ser mais justa e mais eficaz?. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 9-40, 2013. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/202/231>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DIAS, Daniela Duarte; LARA, Lutiane de; BUTIERRES, Maria C. O sujeito de direitos. *PolisePsique*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 124- 127, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.39805>.

DUNKER, Christian. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FONAPRACE – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIL. *Plano nacional de assistência estudantil*. Brasília, DF: ANDIFES, 2007. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 25 dez. 2023.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLATZ, Emanoela Thereza Marques de Mendonça. *A saúde mental na pós-graduação: um estudo sobre as percepções de pós-graduandos acerca do sofrimento psíquico e das experiências vivenciadas no contexto de pandemia*. 2022. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2719>. Acesso em: 25 dez. 2023.

GLATZ, Emanoela Thereza Marques de Mendonça; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; LEÃO, Thiago Marques. Sofrimento psíquico infantil na contemporaneidade: intersecções entre os preceitos da semicultura e da sociedade de risco. *Eccos*, São Paulo, n. 65, p. 1-20, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n65.23302>.

GRANER, Karen Mendes; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos. Revisão integrativa: sofrimento psíquico e estudantes universitários e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1327-1346, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017>.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LIMA, Jackeline Soares. A assistência estudantil na universidade de Brasília durante a pandemia do covid-19. *Cadernos Cajuína*, Piauí, v. 6, n. 3, p. 228-242, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/504/438>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LUSA, Mailiz Garibotti; MARTINELLI, Tiago; MORAES, Samara Ayres; ALMEIDA, Tiago Pacheco. Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. *Katálisis*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536-547, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p536>.

MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. Tradução de Robespierre de Oliveira. São Paulo: Edipro, 2015.

MURILLO RAMÍREZ, Maria Lizbeth. Riesgo de deserción por rendimiento académico y sus implicaciones para la salud mental desde la perspectiva de los estudiantes. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 5., 2016, Chile. *Anais [...]*. Chile: Universidad Talca, 2016. Disponível em: <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/1114>. Acesso em: 24 jun. 2023.

NEVES, Marly Coelho Carvalho; DALGALARRONDO, Paulo. Transtornos mentais auto-referidos em estudantes universitários. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 237-244, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0047-20852007000400001>.

NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; SANTOS, Anelise Schaurich dos; DIAS, Ana Cristina Garcia. Expectativa de universitários sobre a universidade: sugestões para facilitar a adaptação acadêmica. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 43-53, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902016000100006#:~:text=Em%20contraste%2C%20alguns%20estudantes%20relataram,casa%20dos%20pais%20para%20estudar. Acesso em: 10 jun. 2023.

PADOVANI, Ricardo da Costa; NEUFELD, Carmem Beatriz; MALTONI, Juliana; BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes; SOUZA, Wanderson Fernandes de; CAVALCANTI, Helton Alexsandro Firmino; LAMEU, Joelma do Nascimento. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. *Revista Brasileira de*

Terapias Cognitivas, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 2-10, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20140002>.

PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves; CÔRTEZ, Verônica da Nova Quadros; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Do ensino superior para o mercado de trabalho: desafios da transição. In: SOARES, Adriana Benevides; MOURÃO, Luciana; MONTEIRO, Marcia Cristina (org.). *O estudante universitário brasileiro: saúde mental, escolha profissional, adaptação à universidade e desenvolvimento de carreira*. Curitiba: Appris, 2020. Adicionar p. ini-final.

PRECIOSO, José. Quando e por que começam os estudantes universitários a fumar: implicações para a prevenção. *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 3, n. 22, p. 499-506, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v22n3/v22n3a07.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

RAMOS, Lila de Fátima Carvalho. *A assistência ao estudante nas IFES em contexto brasileiro: o programa saudavelmente da PROCOM-UFG*. 2012. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2165>. Acesso em: 24 jun. 2023.

ROCHA, Ana Maria Campos da; SILVA, Lana Yasmin Leal da; SILVA, Daniel Castro; ESPÍRITO SANTO, Patrícia do Socorro Magalhães Franco do. Uma canoa na tempestade: o acolhimento psicológico emergencial na pandemia da covid-19. *NUFEN*, Belém, v. 13, n. 2, p. 95-107, 2021. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/nufen/article/view/22531/924>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patricia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. *Cadernos Cajuína*, Piauí, v. 6, n. 3, p. 213-227, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2017.

SOARES, Adriana Benevides; MONTEIRO, Marcia Cristina; SANTOS, Zeimara de Almeida; SOUZA, Wanderson. Revisão sistemática da literatura nacional sobre depressão em estudantes do ensino superior. In: SOARES, Adriana Benevides; MOURÃO, Luciana; MONTEIRO, Marcia Cristina (org.). *O estudante universitário brasileiro: saúde mental, escolha profissional, adaptação à universidade e desenvolvimento de carreira*. Curitiba: Appris, 2020. p. 71-89.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; GOMES, William Barbosa. Estou me formando... e agora?: reflexões e perspectivas de jovens formando universitários. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 47-62, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902004000100005. Acesso em: 4 abr. 2023.

VEIGA, Cynthia Greive. Discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016): alguns apontamentos. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 53, n. 21, p. 158-181, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/73607>.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Relatório mundial da saúde: saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Lisboa: WHO, 2002. Disponível em: https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

Recebido em: 16 de novembro 2023

Aceite em: 26 de agosto 2024